

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Carolyne Santos de Moraes ¹
Maysa Estella Silva Pessoa ²
Lidiane Evangelista Lira ³

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) visa proporcionar aos licenciandos uma aproximação prática com o cotidiano escolar, integrando os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade à vivência pedagógica real. Este relato de experiência foi desenvolvido por discentes do curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, sob a orientação da coordenadora de área, no âmbito do subprojeto de Alfabetização. A experiência teve como foco a observação do processo de alfabetização de uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Padre Dehon. A turma, composta por 13 alunos, incluiu uma criança com deficiência que apresentava dificuldades significativas de comunicação e aprendizagem. Diante disso, este trabalho busca apresentar o acompanhamento pedagógico realizado com essa criança, com ênfase nos desafios e nas estratégias desenvolvidas no contexto da alfabetização. Ao longo de nove semanas de observação, foi possível refletir sobre a práxis pedagógica por meio da aplicação de entrevistas com a professora regente e a supervisora, registros em diário de bordo e testes diagnósticos aplicados às crianças. Durante essa vivência, foram identificadas barreiras estruturais e pedagógicas que dificultavam a efetiva inclusão do aluno com deficiência, evidenciando a ausência de recursos específicos e de apoio especializado. Diante desse contexto, elaborou-se uma proposta de intervenção pedagógica centrada na mediação do professor, na valorização das interações sociais e na adaptação de atividades para atender às necessidades do aluno. O planejamento da intervenção permitiu refletir sobre as estratégias inclusivas e metodologias de ensino voltadas para o desenvolvimento da leitura e escrita. A experiência no PIBID contribuiu significativamente para a formação docente, fortalecendo o compromisso com uma educação mais justa, inclusiva e sensível à diversidade presente nas salas de aula.

Palavras-chave: Alfabetização, Inclusão, Deficiência, Formação docente, PIBID.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Garanhuns, com atuação como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no Subprojeto de Alfabetização, carolyne.moraes@upe.br.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Garanhuns, com atuação como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no Subprojeto de Alfabetização, maysa.pessoa@upe.br.

³ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Garanhuns e coordenadora de área do Subprojeto Núcleo Alfabetização no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), lidiane.lira@upe.br.



INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como principal objetivo aproximar os estudantes de licenciatura à realidade escolar, proporcionando uma formação que integra teoria e prática, bem como contribuir para o desenvolvimento profissional de futuros professores. Através desse programa, estudantes do curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns tiveram a oportunidade de participar do subprojeto de Alfabetização “PIBID: Uma Práxis Basilar para a Formação de Professores Alfabetizadores”, atuando em escolas públicas do município de Garanhuns-PE.

A participação no PIBID ocorreu em parceria com a Escola Municipal Padre Dehon, situada na zona urbana do município, a qual atende turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Durante essa experiência, buscamos compreender de forma mais aprofundada os processos de ensino e aprendizagem da leitura e escrita no contexto da alfabetização. Entretanto, ao longo do desenvolvimento das atividades, enfrentamos desafios que limitaram a realização de visitas e observações presenciais mais frequentes na escola, devido a questões administrativas e estruturais que afetaram o calendário escolar. Por conta disso, grande parte de nossas discussões ocorreu em encontros teóricos com a professora supervisora do subprojeto, a qual nos proporcionou importantes reflexões sobre alfabetização e inclusão escolar.

Apesar das limitações de tempo, tivemos a oportunidade de presenciar e acompanhar, ainda que brevemente, a realidade de uma criança com deficiência na turma observada. Trata-se de um aluno com dificuldades significativas de comunicação e de desenvolvimento no processo de alfabetização, cuja situação nos chamou atenção pela forma como impactam tanto o próprio estudante, quanto a dinâmica da sala de aula.

A partir dessa vivência - complementada pelas entrevistas realizadas com a professora regente e pela aplicação de testes diagnósticos com os alunos, fundamentados nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1986), que investigam os diferentes níveis, do pré-silábico ao alfabetítico, este relato de experiência tem como objetivo analisar os desafios da alfabetização de crianças com deficiência, refletindo sobre as práticas inclusivas no ambiente escolar.

METODOLOGIA

A presente metodologia teve como objetivo compreender o processo de alfabetização das crianças de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental, composta por 13 alunos, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Essa vivência foi



realizada na Escola Municipal Padre Dehon, localizada no município de Garanhuns, Pernambuco, durante o primeiro semestre de 2025. Em razão de dificuldades administrativas e estruturais enfrentadas pela escola, não foi possível realizar observações e intervenções de forma contínua e sistemática. No entanto, ao longo do semestre, foram realizados nove momentos de observação, organizados conforme a disponibilidade da escola e com o intuito de coletar dados relevantes sobre o processo de alfabetização da turma.

Como estratégia inicial, realizamos uma entrevista presencial, de forma oral e simples, com a professora regente da turma. Segundo Gil (2008), a entrevista é um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa social por permitir a coleta direta de informações junto aos participantes, favorecendo a compreensão da realidade estudada. O principal objetivo da entrevista foi compreender o nível de alfabetização dos alunos, com foco especial na criança que apresenta deficiência e dificuldades significativas de comunicação e aprendizagem. Durante o diálogo, a professora relatou o desempenho geral da turma, as principais dificuldades observadas e destacou o caso da criança que motivou este relato.

Para complementar os registros, utilizamos um diário de bordo, no qual foram anotadas observações, reflexões e acontecimentos relevantes durante o processo. Tal prática além de enriquecer os dados coletados, também é apontada por Gil (2008) como recurso importante na sistematização das experiências vividas pelo pesquisador.

Além da entrevista, aplicamos um teste diagnóstico com as crianças da turma, buscando identificar em que estágio de desenvolvimento da escrita elas se encontravam. A atividade foi realizada individualmente, iniciando com uma conversa sobre aniversários, com o fim de criar um ambiente acolhedor e próximo à realidade das crianças. A partir desse diálogo, surgiram espontaneamente palavras relacionadas ao tema, como “bolo”, “brigadeiro” e “presentes”, itens citados pelas próprias crianças ao falarem sobre o que costumam ganhar ou oferecer em comemorações. Além dessas, registraram-se também palavras relacionadas a coisas de que as crianças gostam no dia a dia, ampliando o repertório para uma avaliação mais completa do desenvolvimento da escrita. Em seguida, solicitamos que as próprias crianças escrevessem e lessem o que haviam escrito, promovendo um momento de reflexão sobre a relação entre o que foi escrito e a forma correta da palavra. Para aprofundar nossa análise diagnóstica, realizamos uma leitura guiada, sílaba por sílaba, com cada criança, para avaliar sua capacidade de reconhecimento fonético e de consciência fonológica.

Essas estratégias nos permitiram levantar dados qualitativos relevantes, ainda que em um tempo reduzido de atuação, e, contribuíram para uma compreensão mais concreta sobre os níveis de desenvolvimento da escrita das crianças da turma, especialmente em relação ao

aluno que apresentava deficiência. A análise dos dados foi feita de forma descritiva, considerando os registros de campo, as respostas dos alunos e os relatos da professora, permitindo refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e ao atendimento das necessidades educacionais especiais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar é um direito assegurado por leis e documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Além dessas normativas nacionais, a Declaração de Salamanca (1994) também reforça os princípios da educação inclusiva ao afirmar que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11–12).

Essas normativas reforçam o compromisso das instituições escolares em garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles com deficiência.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar vai além de simplesmente colocar o aluno com deficiência dentro da sala de aula regular. Trata-se de promover práticas pedagógicas que atendam às especificidades de cada estudante, respeitando suas diferenças e potencializando suas capacidades, no contexto efetivo de sala de aula. A autora reforça ainda que:

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. O direito à diferença nas escolas desestrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excluente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença. (Mantoan, 2003, p. 20).

Para isso, é fundamental que o professor esteja preparado para atuar de maneira flexível, criativa e acolhedora, adaptando atividades e metodologias conforme as necessidades apresentadas.

No que se refere ao processo de alfabetização, é importante considerar as contribuições de Vygotsky (1998), que destaca a importância da mediação social e da interação entre os sujeitos no desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Para o autor, o papel do professor é essencial para criar situações de aprendizagem significativas, especialmente para alunos que enfrentam barreiras no processo de desenvolvimento, como é o caso de crianças com deficiência. Nesse sentido, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conceito fundamental, pois apresenta o espaço entre o que a criança consegue realizar sozinha e o que pode alcançar com o auxílio de um mediador, como professor, que oferece suporte para que o aluno avance em seu aprendizado.

Além disso, os estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986) sobre a psicogênese da língua escrita também oferecem importantes contribuições para compreender os diferentes níveis de desenvolvimento da escrita infantil. Esses conhecimentos são fundamentais para que o professor possa diagnosticar em que estágio a criança se encontra e, a partir disso, planejar intervenções pedagógicas que respeitem o seu ritmo e suas possibilidades.

Por fim, a literatura sobre educação inclusiva também reforça a importância do uso de recursos pedagógicos diferenciados, como materiais visuais, jogos educativos, comunicação alternativa e tecnologias assistivas, que podem favorecer a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência (Sassaki, 2005).

Assim, compreender os princípios da inclusão escolar e os processos de alfabetização é essencial para a atuação do professor, principalmente em contextos de diversidade, como o que foi vivenciado e analisado neste relato de experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Panorama diagnóstico da turma

Posterior às observações em sala e de posse das informações obtidas na entrevista com a professora regente, bem como dos instrumentos aplicados com os alunos, foi possível identificar um panorama representativo do processo de alfabetização na turma observada. As atividades realizadas revelaram distintos níveis de compreensão da linguagem escrita entre as crianças, o que evidencia a heterogeneidade das aprendizagens e a necessidade de práticas pedagógicas mais diversificadas e responsivas às particularidades de cada aluno.



Durante essas atividades, foi possível identificar diferentes níveis de desenvolvimento da escrita entre os alunos. Verificamos que uma parcela significativa da turma (41,7%) se encontra no nível pré-silábico, demonstrando dificuldade em compreender a correspondência entre fonemas e grafemas. Apenas 25% das crianças apresentaram-se no nível alfabetico, conseguindo estabelecer uma relação mais precisa entre os sons da fala e as letras.

Os dados indicaram que grande parte dos alunos ainda se encontra nas fases iniciais do processo de construção do sistema alfabetico de escrita, demonstrando dificuldades no reconhecimento da relação entre fonemas e grafemas. Além disso, observou-se que alguns estudantes, mesmo apresentando limitações na leitura, recorrem a estratégias alternativas, como a memorização, para conseguir resolver as atividades propostas em sala, o que aponta para a importância de um acompanhamento mais específico nas práticas de alfabetização.

2. Descompassos entre a proposta de inclusão e a realidade escolar

Entre os casos observados, destaca-se a situação de um aluno diagnosticado com uma deficiência que afeta diretamente sua comunicação e desenvolvimento cognitivo. Inicialmente, esse estudante não contava com apoio especializado na escola, o que sobrecarregou a professora regente. Ela precisava se dividir entre atender às necessidades da turma como um todo e oferecer suporte individualizado a esse aluno, sem contar com recursos pedagógicos específicos ou acompanhamento de um profissional da educação especial. Conforme destaca Vygotsky (1998), a mediação do professor é fundamental na criação de oportunidades de aprendizagem, uma vez que é por meio de intervenções intencionais e planejadas, orientadas pelas necessidades do estudante, que se torna possível promover avanços em seu desenvolvimento e ampliar sua participação no contexto escolar.

Essa ausência de suporte adequado gerou impactos significativos no processo de aprendizagem do aluno. Muitas vezes, ele demonstrava sinais claros de frustração, por não conseguir acompanhar o ritmo das demais crianças e por não ter acesso a atividades adaptadas que considerassem suas limitações e potencialidades. O fato de realizar tarefas diferentes dos demais colegas ou, em alguns momentos, não conseguir realizar nenhuma atividade proposta, refletia a falta de mediação adequada por parte do professor e dos colegas, necessária para que o aluno pudesse atuar dentro da sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Sem essa inter-relação e o suporte adequado, desenvolve-se um sentimento de exclusão e desmotivação, comprometendo seu processo de aprendizagem e desmotivação.

Outro aspecto observado foi que, em algumas ocasiões, o aluno era retirado da sala de aula para realizar atividades que, segundo a escola, seriam mais adequadas ao seu nível de desenvolvimento. No entanto, essas atividades eram aplicadas por funcionários da escola que não tinham formação específica para o atendimento educacional especializado, o que compromete a qualidade do suporte oferecido. Além disso, devido a essa retirada frequente, houveram poucas oportunidades de acompanhar de perto essas intervenções, o que limitou ainda mais a compreensão sobre os métodos e estratégias utilizadas com esse aluno.

A situação vivenciada reforça a importância de práticas inclusivas efetivas no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige não apenas a presença física do aluno com deficiência na sala de aula, mas também o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem sua participação ativa no processo de ensino e aprendizagem. De forma complementar, Zukinale e Cardoso (2021) defendem que a inclusão exige do professor não apenas sensibilidade, mas também formação contínua e apoio institucional, para que consiga planejar e implementar intervenções que respeitem as especificidades de cada estudante.

Além disso, conforme aponta Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções cognitivas superiores está profundamente ligado ao ambiente social e às interações estabelecidas entre o aluno, seus colegas e professores. A mediação pedagógica é essencial para que a criança internalize conceitos e avance em seu desenvolvimento. Quando esse processo é interrompido ou ocorre à margem do convívio escolar, há prejuízos significativos para a aprendizagem. Nesse contexto, a prática observada, em que o aluno era frequentemente afastado da turma e acompanhado por pessoas sem formação pedagógica, evidencia um descompasso entre a proposta de inclusão e sua efetiva realização, na medida em que priva o estudante justamente das interações mais potentes para seu desenvolvimento, conforme defendido pelo autor.

Essa situação evidencia a importância do papel mediador do professor no desenvolvimento da linguagem e do pensamento, conforme apontado por Vygotsky (1998). Para o autor, a aprendizagem é um processo social e o aluno só avança cognitivamente quando é estimulado por meio da interação com o outro. Esse entendimento fica evidente quando o autor afirma:

[...] a linguagem, o próprio meio através do qual a reflexão e a elaboração da experiência ocorrem, é um processo extremamente pessoal e, ao mesmo tempo,

profundamente social [...] A fala humana é, de longe, o comportamento de uso de signos mais importante ao longo do desenvolvimento da criança. Através da fala, a criança supera as limitações imediatas de seu ambiente (Vygotsky, 1998, p. 83).

No caso observado, a ausência de um profissional especializado compromete essa mediação, limitando as possibilidades de o estudante acessar atividades significativas dentro de sua zona de desenvolvimento proximal. Assim, além da frustração, a falta de interações pedagógicas qualificadas restringiu ainda mais seu processo de alfabetização e desenvolvimento cognitivo.

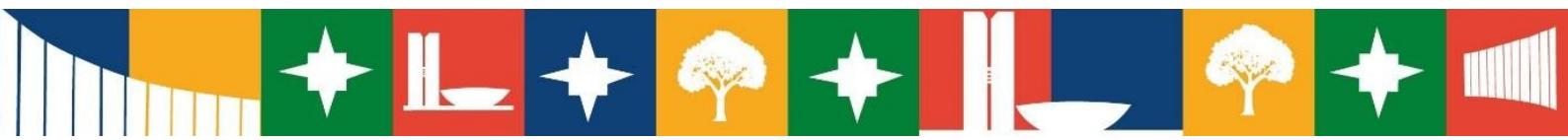
A partir dessa experiência, tornou-se evidente a necessidade de uma ação mais articulada entre os profissionais da escola, a gestão escolar e a comunidade, para garantir que os direitos desse aluno sejam efetivamente respeitados, assegurando-lhe condições adequadas de aprendizagem e desenvolvimento emocional.

3. Proposta de Intervenção Pedagógica

Diante do cenário diagnosticado e das dificuldades observadas no processo de aprendizagem do aluno com deficiência, elaboramos uma proposta de intervenção pedagógica com o objetivo de favorecer sua participação no processo de alfabetização de forma mais ativa e significativa. Embora a intervenção não tenha sido executada, seu planejamento foi pensado a partir dos princípios da educação inclusiva e dos pressupostos teóricos de Vygotsky (1998), Ferreiro e Teberosky (1986), considerando a importância da mediação pedagógica e do respeito ao nível de desenvolvimento da criança.

Considerando os desafios identificados no processo de alfabetização, a proposta foi construída com o objetivo de estimular a consciência fonológica, o reconhecimento de letras e sílabas, e à relação entre som e grafia, por meio de atividades lúdicas e interativas que valorizasse tanto o desenvolvimento individual quanto às interações sociais entre os alunos. O planejamento previa a realização de atividades em dois dias consecutivos, organizadas de forma a favorecer uma progressão didática coerente com os níveis de aprendizagem identificados e estimular habilidades iniciais de leitura e escrita.

No primeiro dia, as atividades seriam iniciadas com uma acolhida afetiva, seguida por propostas centradas no nome próprio dos alunos, com foco na identificação das letras iniciais e sons correspondentes. Posteriormente, seriam utilizadas imagens rimadas para trabalhar o reconhecimento de sons semelhantes e, com o uso do alfabeto móvel, as crianças teriam a oportunidade de montar palavras de forma colaborativa. Também estava prevista uma leitura



compartilhada do livro "Menina Bonita do Laço de Fita", de Ana Maria Machado, com exploração de palavras-chave e interação textual. Ao final do dia, uma dinâmica com bambolês promoveria a identificação de letras, sílabas, palavras e frases presentes na história, desenvolvendo a percepção dos diferentes níveis de leitura.

No segundo dia, as atividades começaram com um jogo de escuta fonológica, voltado à identificação de sons iniciais, seguido da roleta pedagógica, em que as crianças associavam letras sorteadas a imagens e formariam palavras a partir dessa relação. Em continuidade, haveria uma proposta de completar palavras com partes faltantes, reforçando a construção silábica. Ao término das atividades, um momento de roda de conversa seria dedicado à escuta e ao compartilhamento das experiências vivenciadas.

Embora não tenha sido possível implementar a intervenção, seu planejamento permitiu aprofundar a compreensão das possibilidades pedagógicas diante dos desafios observados em sala. A impossibilidade de execução esteve diretamente relacionada ao fato de que a escola se encontra em reforma estrutural de grande porte, o que inviabilizou a realização adequada e contínua das atividades previstas. Tal cenário impactou a disponibilidade de espaço escolar, o acompanhamento dos professores supervisores e a participação efetiva dos estudantes, comprometendo as condições necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas. Ainda assim, a proposta evidencia como é possível articular os conteúdos curriculares com estratégias acessíveis, dinâmicas e inclusivas, que respeitem o ritmo e as particularidades de cada criança. Nesse sentido, reforça-se a importância de ações planejadas e intencionais no processo de alfabetização, que considerem tanto os aspectos cognitivos quanto os afetivos e sociais da aprendizagem, especialmente no caso de alunos com deficiência.

A elaboração dessa proposta também aponta para a necessidade de um trabalho coletivo entre educadores, coordenadores e demais profissionais da escola, no sentido de garantir condições reais de aprendizagem para todos os alunos, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo, em consonância com os princípios defendidos por autores como Mantoan (2003), Vygotsky (1998) e Zukinale e Cardoso (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no âmbito do PIBID, mesmo com as limitações impostas pelas circunstâncias da escola, proporcionou importantes reflexões sobre os desafios da inclusão escolar e do processo de alfabetização em turmas heterogêneas. O acompanhamento, ainda que breve, da realidade da sala de aula, aliado às discussões teóricas nos encontros com a professora coordenadora do subprojeto e supervisora, evidenciou a complexidade do trabalho docente quando se trata de atender a alunos com diferentes níveis de aprendizagem e, especialmente, aqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

O caso específico do aluno com dificuldades de comunicação e de desenvolvimento na alfabetização reforçou a importância de um olhar mais sensível e atento por parte da escola e dos profissionais da educação. A falta de recursos adequados e de apoio especializado não apenas dificultou o processo de aprendizagem desse aluno, como também gerou sentimentos de frustração e exclusão, comprometendo seu desenvolvimento emocional e social. Esse episódio foi devidamente registrado em nosso diário de bordo, como reflexão sobre os desafios enfrentados no acompanhamento do aluno.

Enquanto futuras professoras, essa vivência teórica e prática nos fez compreender que a inclusão escolar vai muito além da simples presença física do aluno em sala de aula. Conforme Mantoan (2003), a inclusão exige planejamento, formação contínua, adaptação no uso de materiais, no uso de metodologias diversificadas e, sobretudo, empatia. O professor precisa estar preparado para reconhecer as potencialidades de cada aluno e para criar condições que favoreçam o aprendizado de todos.

Por fim, o PIBID, mesmo com as adversidades enfrentadas, contribuiu de forma significativa para nossa formação docente, ampliando nossa percepção sobre a realidade da escola pública e fortalecendo o compromisso com uma educação mais inclusiva, justa e acolhedora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, à Universidade de Pernambuco (UPE) e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela oportunidade de vivenciar experiências formativas tão significativas no campo da educação, especialmente no contexto da alfabetização e da inclusão escolar.

À Escola Municipal Padre Dehon, registramos nossa gratidão por nos receber e permitir a realização das atividades, mesmo diante dos desafios enfrentados no cotidiano escolar. Em especial, agradecemos à professora regente da turma observada, por sua receptividade, colaboração e disponibilidade durante todo o processo.

Nosso agradecimento também às crianças da turma, que, com sua alegria, curiosidade e espontaneidade, contribuíram de forma essencial para o enriquecimento da nossa formação docente.

À professora Lidiane, coordenadora de área do PIBID, deixamos nossa sincera gratidão pelas orientações atenciosas, pelo incentivo constante e pela escuta sensível ao longo da nossa trajetória no programa. Sua atuação foi fundamental para a realização deste trabalho.

Aos colegas e orientadores institucionais do PIBID, agradecemos pelas trocas de experiências, aprendizados coletivos e apoio mútuo ao longo de toda a vivência.

Por fim, estendemos nossos agradecimentos às nossas famílias e amigos, pelo apoio, compreensão e incentivo em cada etapa dessa caminhada formativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO/MEC, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1986.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZUKINALE, Tamires dos Santos; CARDOSO, Ana Paula. A formação do professor como condição para a efetivação da educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, e26/1–21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X56816>.

